



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Relatório de Auditoria Interna	Nº 010/2017/RES
Diretor-Geral: Sr Gleison Samuel do Nascimento	
Auditado: Projetos de Pesquisa e/ou Inovação	
Auditor: Matilde Cristiane Flores Carlotto	
Período de Auditoria: maio a dezembro de 2017	

A Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande de Sul, cumprindo a atribuição estabelecida no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000 alterado pelo Decreto nº 4.304 de 16 de julho de 2002 e em atendimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2017 aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 099, de 13 de dezembro de 2016, apresenta, para apreciação e conhecimento, o Relatório de Auditoria Interna nº 010/2017/RES.

As recomendações expedidas visam à adequação dos controles internos administrativos e devem ser avaliadas e ponderadas pela autoridade competente.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

PESQUISA - Projetos – AÇÃO Nº 04 DO PAINT/2017

Objetivo:

1. Verificar o cumprimento dos normativos internos;
2. Verificar o cumprimento da legislação vigente;
3. Verificar os controles internos existentes;
4. Verificar a concessão e o pagamento das bolsas;
5. Verificar a prestação de contas dos projetos.

Escopo:

Os exames serão realizados em todos os projetos de 2016- são 12 projetos.

Legislação Utilizada:

- **Instrução Normativa PROPI Nº 002/2013, de 29 de agosto de 2013:** Regulamenta a criação e composição da Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI).
- **Instrução Normativa PROPI Nº 003/2013, de 29 de agosto de 2013:** Regulamenta as atribuições dos membros da Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação (CAGPPI), bem como o seu funcionamento.
- **Instrução Normativa PROPI Nº 002/2014, de 20 de novembro de 2014:** Regulamenta as atividades de pesquisa no IFRS.
- **Instrução Normativa PROPI Nº 003/2014, de 20 de novembro de 2014 (retificada em 4 de abril de 2016):** Regulamenta o fluxo e o registro dos Projetos de Pesquisa e Inovação no IFRS.
- **Instrução Normativa PROPI Nº 004/2014, de 20 de novembro de 2014 (retificada em 1 de dezembro de 2014 e 22 de outubro de 2015):** Regulamenta a utilização e prestação de contas dos recursos do Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPCT).
- **Instrução Normativa PROPI Nº 005/2014, de 20 de novembro de 2014:** Regulamenta as atividades de pesquisa intercampus no IFRS.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

- [Instrução Normativa PROPI Nº 006/2014](#), de 20 de novembro de 2014: Regulamenta o cadastro e manutenção de Grupos de pesquisa no IFRS.
- [Instrução Normativa PROPI Nº 010/2014](#), de 20 de agosto de 2014: Regulamenta a utilização do sistema informatizado para registro e acompanhamento dos projetos de pesquisa e inovação.
- [Edital PROPI Nº 001/2016](#) – Fluxo Contínuo: Projetos de Pesquisa e Inovação.
- [Edital PROPI Nº 014/2015](#) – Fomento Interno 2016/2017 – IFRS. [Anexos](#).
- [Resolução Nº 032/2015](#) – Aprova alterações no Regimento do Programa de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PROBICT) e no Regimento de Apoio Institucional de Incentivo à produção Científica e/ou Tecnológica (AIPCT) do IFRS.
- [Resolução Nº 033/2015](#) – Aprova o programa de iniciação científica e tecnológica do IFRS.

Metodologia:

1. Aplicação de questionário e solicitação de documentos conforme – S.A. Nº 004/001/AUDIN/2017.
2. Análise das respostas do gestor.
3. Análise da documentação solicitada.
4. Conferência física dos Projetos de Pesquisa e Inovação e conseqüentemente as bolsas referentes ao mesmo projeto. **Obs. Só foram feitas análises de projetos contemplados com fomento interno = Edital PROPI 14/2015.** Foram analisados todos os projetos de pesquisa do ano de 2016.

Título do programa/projeto	Pesquisador	Equipe de execução envolvida	Nome dos bolsistas	Modalidade:	Valor da bolsa	Período de execução da bolsa
Aprender espanhol cantando: o ensino de língua estrangeira por meio da música na Educação de Jovens e Adultos.	D. M. V.		V. L. P.		R\$ 3.200,00	Mai/2016 a Dezembro/2016
Desenvolvimento	L. G. F.		R. B. do		R\$	Mai/2016



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

de experimentos de química com materiais de baixo custo e fácil aquisição.			A.		3.200,00	a Dezembro/ 2016
Desenvolvimento de uma luva eletrônica para a aleitura de movimentos dos dedos e mãos.	M. R. M.		T. M. A.		R\$3.600,00	Maio/2016 a janeiro/ 2017
Em (A)preendendo: perspectivas para a educação empreendedora no IFRS- Campus Restinga.	S. S. F.		A. R. P. de O.		R\$1.600,00	Maio/2016 a Dezembro/ 2016
Estratégias colaborativas na produção de valor: um estudo em organizações sociais na região de Porto Alegre	M. M. B.P.		E. P. S.		R\$ 3.600,00	Maio/2016 a janeiro/ 2017
Estudos de língua e linguagem	C. U.de C. S.		E. O. B.		R\$ 3.600,00	Maio/2016 a janeiro/ 2017
Identificação de usuários através de dispositivos móveis	R.A.M.		G. P.		R\$ 3.600,00	Maio/2016 a janeiro/ 2017
Materiais didáticos interdisciplinares para a educação básica e para a educação superior	C. V.F.		K. A.		R\$ 1.800,00	Maio/2016 a janeiro/ 2017
Projeto de circuitos eletrônicos para acessibilidade.	A. C. B.		M. dos S. R.		R\$ 3.600,00	Maio/2016 a janeiro/ 2017
Projeto de geradores de eletricidade	J.R. G.		G. R. K.		R\$ 3.200,00	Maio/2016 a janeiro/ 2017



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

usando motores Stirling acionados por energias renováveis						
SIEGFRIED2.0: Shilde e interface gráfica para fomentar a robótica educacional	R. C. L.		D. E. da R.		R\$ 1.600,00	Mai/2016 a Dezembro/2016
Tarefas de leitura e produção textual nos livros didáticos de língua portuguesa	M. da S. G.		J. R. da S.		R\$ 3.600,00	Mai/2016 a janeiro/2017



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

ACHADOS DE AUDITORIA

Constatação 1

Em análise constatei que os projetos Desenvolvimento de experimentos de química com materiais de baixo custo e fácil aquisição(maio/2016 até janeiro de 2017); Desenvolvimento de uma luva eletrônico para leitura dos movimentos de dedos e mão (maio/2016 até janeiro de 2017); Estudos de língua e linguagem(março/2016 até dezembro/2017); Tarefas de leitura e produção textual nos livros didáticos de língua portuguesa(março/2016 até dezembro/2017); não tiveram duração mínima de 10 meses conforme orienta o art. 7º da IN 002/2014; §6º do art. 4º do anexo da Res. 032/2015.

Causa

Projetos com duração menor de 10 meses, em desacordo com o previsto no art. 7º da IN 002/2014; §6º do art. 4º do anexo da Res. 032/2015.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Esclarecemos que os projetos citados tiveram a duração mínima de dez meses, conforme a IN 002/2014 e extrato do registro SIPES de cada um. O que ocorreu foi que, em virtude do ano orçamentário atípico de 2016, a comissão de Pesquisa decidiu reduzir a duração das bolsas para 9 meses de forma a poder contemplar todos os projetos homologados com uma cota de bolsa..”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que os projetos tiveram duração mínima de 10 meses conforme indicação legal, apenas as bolsas tiveram duração menor por conta do ano orçamentário atípico de 2016.

Em análise ao SIPES dos projetos confirmei a afirmação do gestor sobre o período de duração dos projetos na maioria dos casos, com exceção dos projetos Em (A)preendendo: perspectivas para a educação empreendedora no IFRS- Campus Restinga; Materiais didáticos interdisciplinares para a educação básica e para a educação superior; Identificação de usuários através de dispositivos móveis;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

SIEGFRIED2.0: Shilde e interface gráfica para fomentar a robótica educacional; Tarefas de leitura e produção textual nos livros didáticos de língua portuguesa; Projeto de circuitos eletrônicos para acessibilidade; que não localizei os cadastros de inscrição no SIPES.

E nos casos dos projetos Estudos de língua e linguagem; Tarefas de leitura e produção textual nos livros didáticos de língua portuguesa os cadastros de inscrição no SIPES registram duração de 09 meses.

Contudo levando em consideração que o gestor tem ciência de que a duração legal dos projetos deve ser de 10 meses, mas por questões de atipicidade orçamentária do ano de 2016, entendo que não cabe recomendar.

Constatação 2

Os projetos Em (A)preendendo: perspectiva para a educação empreendedora no IFRS Câmpus Restinga; Identificação de usuário através de dispositivos móveis; Materiais didáticos interdisciplinares para a educação básica e para a educação superior; não possuem cópia em PDF do projeto de pesquisa e inovação cadastrado no SiPes/SIGProj.

O projeto de Circuitos eletrônicos para a acessibilidade além de não apresentar a cópia em PDF do projeto de pesquisa e inovação cadastrado no SiPes/SIGProj; também não trouxe o plano de trabalho do bolsista BICET/BICTES.

O projeto SIEGFRIED 2.0: Shield e interface gráfica para fomentar a robótica educacional, é uma renovação. Contudo, não tem o formulário de solicitação de renovação, com os documentos comprobatórios. E ainda, não possui cópia em PDF do projeto de pesquisa e inovação cadastrado no SiPes/SIGProj.

Causa

Projetos que não apresentaram cópia em PDF do projeto de pesquisa e inovação cadastrado no SiPes/SIGProj, e projeto que não apresentou o plano de trabalho do bolsista BICET/BICTES.

Não tem formulário de solicitação de renovação do projeto SIEGFRIED 2.0.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Os documentos citados no item foram enviados no momento da submissão dos projetos, conferidos pelo setor de pesquisa e, posteriormente, pela comissão de pesquisa para homologação dos mesmos. Constatamos que alguns arquivos não estavam abrindo por conflito do leitor de pdf (conflito com a versão do software livre utilizado). Estamos disponibilizando novamente os documentos em anexo (fls 80 a 126).”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que os documentos apontados na constatação foram apresentados no momento da submissão do projeto, porém em razão de conflito do leitor de pdf não foi possível abrir os documentos. O gestor anexou os documentos apontados na constatação.

Conferindo os documentos apresentados pelo gestor nas fls. 80 a 126 anexos constatei que estão presentes os documentos que faltavam no apontamento. Assim, entendo que não cabe recomendação.

Constatação 3

Não localizei a análise de mérito e parecer dos avaliadores externos ao IFRS sobre os projetos de pesquisa e inovação do IFRS, conforme art. 15 do anexo da Res. 032/2015; art. 25 do anexo da Res. 032/2015.

Causa

Não encontrei a análise de mérito e parecer dos avaliadores externos ao IFRS sobre os projetos de pesquisa e inovação do IFRS.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Todos os projetos foram avaliados, sendo que para serem homologados é necessária a avaliação. Ocorre que as mesmas são arquivadas em uma pasta a parte. Estamos disponibilizando uma amostragem das avaliações (fls. 127 a 129).”



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que todos os projetos foram avaliados, mas que as avaliações encontram-se em pastas a parte. Uma vez que o gestor apresentou as avaliações, entendo por não recomendar.

Constatação 4

Em análise aos documentos constatei que o único relatório apresentado é o relatório final do projeto de pesquisa, não localizei o relatório anual de produção científica e tecnológica do pesquisador conforme art. 4º da IN 003/2014.

Causa

Não encontrei o relatório anual de produção científica e tecnológica do pesquisador.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“O relatório anual de produção científica é sempre enviado no ano posterior ao da realização do projeto para preenchimento do pesquisador, uma vez que os certificados dos eventos, às vezes, demoram mais que o previsto, para serem enviados e registrados no currículo lattes de cada um. O relatório é gerenciado pela PROPPi, que solicita aos pesquisadores o preenchimento de formulário online. Caso isso não ocorra no prazo, a PROPPi solicita à coordenação, via memorando, que notifiquem os pesquisadores para efetuar tal preenchimento. Segue em anexo os documentos relativos ao relatório anual de 2016 (fl.130).”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que o relatório anual de produção científica é sempre enviado no ano posterior ao da realização do projeto. Segue anexo a resposta um e-mail em que coordenador solicita o preenchimento do relatório anual de produção científica do ano de 2016, mas não localizei resposta dos pesquisadores.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Assim, entendo por recomendar o que segue;

Recomendação

Recomendo ao gestor que adote controles internos para garantir a entrega pelos pesquisadores do relatório anual de produção científica e tecnológica do pesquisador conforme art. 4º da IN 003/2014.

Constatação 5

Em análise não localizei relatório parcial dos bolsistas, apenas os relatórios finais, mas sem a avaliação da CAGPPI conforme art. 1º, VI, da IN 003/2013.

Causa

Não encontrei o relatório parcial dos bolsistas e os relatórios finais não tem a avaliação da CAGPPI.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Os relatórios finais foram aprovados pela CAGPPI conforme arquivo em anexo (fls. 131 e 132). Os relatórios parciais, não são mais exigidos.”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que os relatórios finais foram aprovados pela CAGPPI e anexa resposta da CAGPPI por e-mail aprovando os relatórios finais.

Afirma ainda que os relatórios parciais não são mais exigidos.

Analisando a documentação entregue pelo gestor constatei que houve aprovação da CAGPPI aos relatórios finais, mas tudo somente por e-mail, sem ATA ou reunião.

Contudo a IN3/2013 exige os relatórios parciais.

Recomendação

Recomendo ao gestor que atente para a entrega dos relatórios parciais dos bolsistas conforme exigência da IN 3/2013 art. 1º VI.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Constatação 6

O grupo de pesquisa- Núcleo de estudos e pesquisas em educação em ciências (NEPEC) consta como grupo não-atualizado junto ao Cnpq. Peço a manifestação do gestor.

Causa

Grupo de pesquisa sem atualização junto ao CNPQ.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Foi solicitado ao líder do grupo que o mesmo seja atualizado. Solicitação em anexo (fl. 133).”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que solicitou ao líder do grupo que atualize o cadastro. Anexou o e-mail da referida solicitação, mas não houve resposta.

Diante da cobrança do gestor pela atualização junto ao CNPQ entendo por não recomendar, contudo chamo a atenção para a necessidade de cobrança por parte da gestão para que a atualização de fato ocorra. E o devido controle de atualização dos cadastros junto ao CNPQ.

Constatação 7

Nos casos dos projetos que envolvem bolsistas de nível superior, situação dos projetos Desenvolvimento de uma luva eletrônica para leitura de movimentos dos dedos e mãos; Identificação de usuários através de dispositivos móveis; Projetos de circuitos eletrônicos para acessibilidade; só foram apresentados os comprovantes de matrícula do primeiro semestre de 2016, apesar das atividades prosseguirem até o final do segundo semestre.

Causa

Não encontrei comprovante de matrícula dos bolsistas de nível superior para o segundo semestre de 2016.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Os alunos estavam devidamente matriculados. Em anexo os atestados de matrícula para comprovação (fls. 134 a 135). O bolsista do projeto Circuitos Eletrônicos para acessibilidade cursou Ensino médio integrado, não necessitando de comprovação semestral, já que esses cursos tem matrícula anual.”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que os bolsistas apontados estavam matriculados para o segundo semestre de 2016, anexando os comprovantes.

Analisando os documentos anexados pelo gestor, entendo que não cabe recomendação uma vez que de fato os bolsistas estavam matriculados. Contudo, chamo a atenção para que o gestor atente para que em situações como essas apontadas na constatação, de bolsistas de nível superior, sejam cobrados dos mesmos os comprovantes da matrícula do segundo semestre do ano letivo, a fim de garantir maior organização dos documentos e maior controle interno.

Constatação 8

Em conferência junto ao site portal da transparência constatee alguns problemas com pagamentos de bolsistas.

O pagamento dos bolsistas dos projetos Identificação de usuário através de dispositivos móveis; Estratégias colaborativas na produção de valor: um estudo em organizações sociais na região de Porto Alegre; Estudos de língua e linguagem; Projetos de geradores de eletricidade usando motores Stirling acionados por energias renováveis; Tarefas de leitura e produção textual nos livros didáticos de língua portuguesa; SIEGFRIED2.0: shield e interface gráfica para fomentar a robótica educacional; não tem identificação dos valores pagos mensalmente.

E, ainda, no projeto Em (a)preendendo: perspectivas para a educação empreendedora no IFRS- Campus restinga; o aluno deveria receber R\$ 200,00 pois a



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

bolsa é de oito horas, mas no mês de janeiro de 2017 o valor que foi pago foi de R\$ 400,00.

Causa

Problemas com o pagamento de algumas bolsas.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“O portal da transparência não é alimentado pelo setor de pesquisa e sim, pelo setor financeiro. Quanto a bolsa do projeto Em (a)preendendo: perspectivas para a educação empreendedora no IFRS- Campus restinga a servidora se equivocou ao alimentar a planilha, será feito uma GRU para que a diferença entre os valores seja recolhida. GRU em anexo (fl. 136).”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que o responsável por alimentar o site portal da transparência é o setor financeiro e não o setor de pesquisa. Quanto ao projeto Em (a)preendendo: perspectivas para a educação empreendedora no IFRS- Campus restinga cuja bolsa foi paga com valor superior, foi feita GRU para devolução.

Assim, no que se refere ao valor da bolsa pago a maior, uma vez que a gestão já emitiu a GRU para devolver o valor, entendo que não cabe recomendação.

Quanto aos equívocos encontrados no site portal da transparência, uma vez que os dados são extraídos do SIAFI e exportados para o portal não vejo necessidade de recomendar, apenas chamo a atenção para que o financeiro descreva melhor os pagamentos que está efetuando.

Constatação 9

Conferindo as prestações de contas, constatei que elas não foram datadas e nem assinadas.

Causa

Prestações de contas sem data e sem assinatura.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Na planilha disponível na Instrução normativa (<http://ifrs.edu.br/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/documentos/instrucoes-normativas/>) não há campo para data e assinatura, mas todas as avaliações da CAGPPI estão datadas.”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor Afirma que a planilha não tem espaço para data e assinatura.

Entendo que não cabe recomendar, apenas saliento a necessidade de adoção de medidas de controle interno que garantam a entrega das prestações de contas.

Constatação 10

Em conferência às prestações de conta constatei casos de projeto em que os orçamentos entregues não são datados. É o caso dos projetos que seguem:

Identificação de usuários através de dispositivos móveis; Desenvolvimento de uma luva eletrônica para leitura de movimentos de dedos e mão; Materiais didáticos interdisciplinares para a educação básica e para a educação superior;

Causa

Orçamentos sem data.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Segue as respostas por projetos:

- a. Desenvolvimento de uma luva eletrônica para leitura de movimento de dedos e mãos:** exceto um orçamento não está datado, como foi feito através da internet e impresso diretamente do site, não saiu o rodapé indicando a data, pediremos atenção a este fator na prestação de contas de 2017.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

- b. Materiais didáticos interdisciplinares para a educação básica e superior:** os orçamentos estão datados, no caso de orçamento online a data aparece na primeira página, no canto superior esquerdo.
- c. Identificação de usuários através de dispositivos móveis:** como foram feitos através da internet e impresso diretamente no site, não saiu o rodapé indicando a data, pediremos atenção a este fator na prestação de contas de 2017.”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que os orçamentos que são retirados da internet, diretamente do site, não saem com o rodapé indicando a data, se compromete a pedir maior atenção na prestação de contas de 2017.

Assim, passo a recomendação;

Recomendação

Recomendamos ao gestor, a fim de garantir maior controle interno, que atente para que os orçamentos para a prestação de contas sejam datados, a fim de garantir que forma feitos tempestivamente.

Constatação 11

Em análise às prestações de contas entregues constatei situações de materiais permanentes adquirido que não possuem o Termo de doação, é o caso dos projetos;

SIEGFRIED2.0: Shield e interface gráfica para fomentar a robótica educacional; Projeto de geradores d eletricidade usando motores Stirling acionados por energias renováveis; Desenvolvimento de experimentos de química com materiais de baixo custo e fácil aquisição; Aprender espanhol cantando: o ensino da língua estrangeira por meio da música na educação de jovens e adultos;

Causa

Não localizei o Termo de doação dos materiais permanentes.

Manifestação do Gestor



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Em 16 de novembro de 2017:

“Os termos de doação deverão ser solicitados ao setor de infraestrutura, pois este trâmite é realizado diretamente com o setor.”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que os termos de doação não ficam com eles, somente o setor de infraestrutura possui esses documentos.

Contudo, estes não foram os únicos projetos com compra de materiais permanentes, mas são os únicos sem cópia do termo de doação dos materiais.

Assim, passo a recomendação;

Recomendação

Recomendamos ao gestor, que atente para o arquivamento dos documentos essenciais referentes aos projetos de pesquisa, garantindo que todos os materiais permanentes adquiridos com verbas públicas de pesquisa possuam termo de doação. E ainda, para garantir que efetivamente os bens permanentes adquiridos com recursos públicos sejam patrimoniados.

Constatação 12

Em análise a prestação de contas do projeto Identificação de usuários através de dispositivos móveis, constatei os seguintes problemas:

Os materiais adquiridos são diferentes dos materiais da solicitação de AIPCT.

A nota do Notebook adquirido é maior do que os orçamentos apresentados.

Os materiais teclado, mouse e leitor biométrico foram adquiridos como materiais de consumo.

Causa

Diferenças entre os materiais das notas e os da solicitação. Material adquirido de valor superior ao orçamento.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

“Nota do notebook foi apontada e após aprovada pela CAGPPI, os demais materiais(teclado, mouse e leitor) são materiais de consumo de acordo com a portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, do ministério da Fazenda, em anexo (fls. 137 a 146).”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que a nota do notebook foi apontada e aprovada pela CAGPPI. E que os demais materiais são de consumo.

Contudo, o gestor não justificou o fato de a nota ser de maior valor do que o orçamento.

Recomendação

Recomendo ao gestor que atente para os orçamentos e notas apresentadas nas prestações de contas, a fim de garantir que o material seja adquirido conforme o menor orçamento. Os materiais adquiridos devem ser os indicados na solicitação de AIPCT ou em solicitação de alteração.;

Constatação 13

Em análise a prestação de contas do projeto Estratégias colaborativas na produção de valor: um estudo em organizações sociais na região de porto alegre, constatei os seguintes problemas:

Os orçamentos estão muito confusos, e falta orçamento do papel ofício e do pen drive.

Foram apresentadas duas planilhas com valores diferentes, e que estão muito confusas, com orçamentos que não batem com seus valores.

Só tem GRU da primeira planilha, sendo que as duas possuem valores para devolução.

Causa

Confusão nos orçamentos da prestação de contas.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

“Como pode ser observado no formulário de avaliação da CAGIPPI, estes apontamentos foram feitos pela comissão de pesquisa e a mesma foi aprovada”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que os apontamentos foram aprovados pela CAGIPPI.

Assim, entendo que não cabe recomendação.

Constatação 14

Em análise a prestação de contas do projeto Materiais didáticos interdisciplinares para a educação básica e para a educação superior, constatei os seguintes problemas:

Só apresentou prestação de contas do material permanente, faltou o material de consumo.

Existe o termo de doação, porém falta a listagem do material doado.

Possui o formulário de avaliação de prestação de contas AIPCT mas sem a aprovação.

O livro Experimentos simples de química- série ensino de química, possui apenas dois orçamentos.

Causa

Problemas com a prestação de contas.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Existem as duas prestações de contas, tanto de custeio como de permanente, porém estão arquivadas em pastas separadas.

A listagem do material doado se encontra no setor de infraestrutura, visto que o trâmite da doação é realizado através deste setor.

Existem três orçamentos para o livro “experimentos simples de química”, são eles das lojas online: “saraiva”, “livraria Folha” e “Americanas”. Ocorreu que no momento da impressão, dois orçamentos ficaram na mesma folha.”

Análise da Auditoria Interna



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que as prestações de contas de custeio e permanente estão arquivadas em pastas separadas, afirma ainda que o material doado encontra-se no setor de infraestrutura, e que os orçamentos dos livros apontados por erro de impressão ficaram na mesma folha.

Uma vez que o gestor apresentou a documentação apontada, entendo que não cabe recomendação.

Constatação 15

Em análise a prestação de contas do projeto Em (A)preendendo: perspectivas para a educação empreendedora no IFRS- Campus Restinga, constatei os seguintes problemas:

A prestação de contas apresentada e a solicitação de AIPCT apresentam diferenças. Na solicitação temos diárias e passagens e não fala em serviços de terceiros, contudo, na prestação de contas não temos gastos com diárias e nem passagem, mas temos gastos com serviços de terceiros.

As notas de gastos com impressão têm valor diferente do exposto na planilha de prestação de contas.

Os valores das notas do item 5 da planilha não conferem com o valor exposto na planilha.

Uma das notas apresentada pela empresa de impressão digital no valor de R\$85,00 não especifica o material adquirido.

Os recibos de entrega de Banner (dois no valor de R\$15,00 cada) não tem data.

O pesquisador não apresentou 03 orçamentos dos materiais adquiridos.

Causa

Problemas com a prestação de contas.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Os apontamentos procedem, porém houve aprovação pela CAGIPPI.”



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que os apontamentos de auditoria procedem, mas que houve aprovação da CAGIPPI.

Levando em consideração que a prestação de contas foi avaliada e aprovada pela CAGPPI entendo por não recomendar.

Constatação 16

Em análise a prestação de contas do projeto Projetos de geradores de eletricidade usando motores Stirling acionados por energias renováveis, constatei os seguintes problemas:

Materiais como mesa de sacrifício e mesa de alumínio usinadas e serviços de usinagem estão na relação de materiais de consumo.

A furadeira e o arco de serra, kit micro retífica, morse e serviço de usinagem adquiridos não estavam no formulário de solicitação AIPCT.

O kit micro retífica não foi adquirido pelo menor valor.

Não localizei a nota fiscal do Arco de serra.

Existe valor a ser devolvido, porém não localizei GRU.

Causa

Problemas com a prestação de contas.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Sobre os apontamentos acerca da prestação de contas do Projeto de Geradores de Eletricidade usando motores *stirling* acionado por energias renováveis:

a. Mesa de sacrifício e alumínio são materiais de custeio, visto que são somente a chapa. Conforme IN 04/2014, os itens podem sofrer alteração (fl.147).

b. A nota fiscal do arco de serra se encontra no processo de prestação de contas, nº 50218 (fls. 148 e 149).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

c. O kit micro retífica foi adquirido pelo menor valor, avaliando o frete que foi calculado separadamente (fls. 150 a 152).

d. Segue GRU (fl. 153).”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que a mesa de sacrifício e alumínio são materiais de consumo pois são somente a chapa.

Afirma que a nota do arco de serra se encontra no processo de prestação de contas e anexado em resposta. De fato, entregou anexado a nota da compra do arco e serra. Assim, aqui não cabe recomendação.

Afirma que o kit micro retífica foi adquirido pelo menor valor se considerarmos os fretes.

Afirma que segue em anexo a GRU o que se confirma, não gerando recomendação.

Assim, entendo que não cabe recomendação.

Constatação 17

Em análise a prestação de contas do projeto Desenvolvimento de experimentos de química com materiais de baixo custo e fácil aquisição, constatei os seguintes problemas:

O cloreto de cálcio 1kg; sulfato de cobre 1kg; cloreto de potássio; falta o orçamento da quimi sul.

Água deionizada; álcool cereais, xarope de milho; falconetes possuem orçamentos com data posterior ao da nota fiscal.

Álcool cereis; éter; xarope de milho; minibalança possuem orçamentos com valor menor do que a compra efetuada.

Glicerina e Éter falta um orçamento.

Causa



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Problemas com a prestação de contas.

Manifestação do Gestor

Em 16 de novembro de 2017:

“Todos os orçamentos citados estão na prestação de contas do projeto desenvolvimento de experimentos de química com materiais de baixo custo e fácil aquisição, o que ocorre é que é Quimisul apresentou valor menor que os orçados, por esta razão a compra foi efetuada com eles. Os demais apontamentos serão mais bem observados na próxima prestação de contas.”

Análise da Auditoria Interna

Em 06 de dezembro de 2017:

O gestor afirma que todos os orçamentos apontados estão presentes na prestação de contas, contudo, em análise na pasta não localizei os referidos.

Ainda, se compromete a observar melhor os demais apontamentos nas próximas auditorias.

Assim, peço manifestação do gestor;

Recomendação

Recomendo ao gestor que adote medidas de maior controle quanto a documentação entregue para a prestação de contas garantindo que todo o material adquirido tenha 03 orçamentos tempestivos que comprovem o gasto executado, e que a aquisição se dê com o de menor valor.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

CONCLUSÃO

De modo geral, considerando o escopo do trabalho, o setor analisado junto ao Câmpus Restinga atende aos princípios constitucionais e demais dispositivos legais. A fim de melhorar os controles internos as constatações que mereceram recomendação por esta auditoria interna devem ser analisadas por parte da gestão administrativa da entidade.

A adoção das recomendações contidas neste Relatório de Auditoria Interna é de exclusivo interesse da gestão administrativa do Campus, uma vez que a Auditoria Interna é um órgão de assessoramento técnico e não possui natureza vinculante. Ainda, o atendimento das recomendações refletirá no comprometimento da gestão com o fortalecimento dos controles internos e com o acolhimento das disposições legais.

Destacamos que as recomendações emitidas neste relatório serão acompanhadas posteriormente pela Auditoria Interna. No entanto isso não impede que o gestor venha a se manifestar a cerca deste relatório anteriormente ao acompanhamento da Auditoria Interna.

Este relatório não tem a intenção de esgotar as possibilidades de inconsistências que podem ser observadas, mas sim servir como orientação para as boas práticas da administração pública.

Porto Alegre, 08 de dezembro de 2017.

Matilde Cristiane Flores Carlotto
Auditor Interno

Recebido em ____/____/2017.
